

A. I. N° - 114155.0112/06-4
AUTUADO - CENTRALTEC INSTALAÇÕES TÉRMICAS E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - PAULO CESAR CARVALHO DA SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 05/12/2006

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0352-03/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. **a)** MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. **b)** MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. Descumprimento de obrigação acessória. Multas de 10% e 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Refeitos os cálculos em decorrência da comprovação parcial pelo autuado, o valor exigido foi reduzido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 09/06/2006, refere-se à exigência da multa no valor de R\$65.477,17, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de março e maio de 2004, sendo exigida a multa no valor total de R\$382,68.
2. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de junho e outubro de 2004; maio, junho e novembro de 2005; sendo exigida a multa no valor de R\$65.094,49.

O autuado apresentou impugnação à fl. 86, alegando que, de acordo com o livro Registro de Entradas de Mercadorias (REM), foram escrituradas as notas fiscais de números 44469, 44614, 44652, 44890, 46029 e 46030. Anexou aos autos, fotocópia do mencionado livro REM, e demonstrativo de cálculo dos valores constatados e reconhecidos (fls. 89/90), totalizando R\$17.429,64.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 96 dos autos, diz que foi realizada nova verificação fiscal, tendo constatado que as notas fiscais alegadas pelo defendente, embora se refiram às aquisições ocorridas nos meses de outubro e novembro de 2005, encontram-se lançadas no livro Registro de Entradas, só que em janeiro de 2006, mês que ultrapassa o período fiscalizado. Informa que deve ser considerado para fins da exigência fiscal o valor retificado de R\$15.879,57 (planilha à fl. 97), em decorrência da exclusão das notas fiscais objeto da impugnação do autuado. Por isso, pede a procedência parcial do presente Auto de Infração, no valor de R\$17.429,64, conforme demonstrativo à fl. 90, apresentado pelo defendente. Foi expedida

intimação ao autuado (fl. 99), acompanhada de cópia da informação fiscal e respectivo demonstrativo, entretanto, não foi apresentada qualquer manifestação pelo defendente.

VOTO

O Auto de Infração trata de exigência de multas por falta de registro na escrita fiscal do contribuinte, de notas fiscais referentes aquisições de mercadorias.

A legislação prevê a aplicação de multa, calculada sobre o valor comercial da mercadoria que tenha entrado no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, sendo 10% para mercadorias sujeitas a tributação (art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96), e 1% para as mercadorias não tributáveis (art. 42, inciso XI, da Lei 7.014/96).

De acordo com as alegações defensivas, as notas fiscais de números 44469, 44614, 44652, 44890, 46029 e 46030, foram escrituradas no livro Registro de Entradas, conforme fotocópias às fls. 87 a 89, por isso, o defendente apresentou demonstrativo referente ao valor reconhecido, pedindo a procedência parcial do presente Auto de Infração.

Analisando as xerocópias do livro Registro de Entradas, em confronto com as notas fiscais objeto da autuação, o autuante constatou que, efetivamente, houve registro das notas fiscais relacionadas pela defesa, conforme informação fiscal à fl.96.

Concordo com o autuante em relação à exclusão da multa exigida dos valores correspondentes às notas fiscais impugnadas, por isso, deve ser reduzido o total exigido para R\$17.429,64, tendo em vista que foi comprovada a escrituração de parte das notas fiscais, sendo devido o valor remanescente, conforme demonstrativo elaborado pelo autuado à fl. 90 e planilha do autuante à fl. 97. Portanto, concluo pela procedência da primeira infração, e parcialmente subsistente a infração 02.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 114155.0112/06-4, lavrado contra **CENTRALTEC INSTALAÇÕES TÉRMICAS E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor total de **R\$17.429,64**, prevista no art. 42, incisos XI e XI, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10. 10. 00..

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de outubro de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR